

Limite. ISSN: 1888-4067
nº 3, 2009, pp. 113-128

Teoria e prática discursiva: estratégias de preservação da memória em textos historiográficos ibéricos (sécs. XIII-XIV)

Isabel de Barros Dias
Universidade Aberta e CEIL (UNL – FCSH)
isabelbd@univ-ab.pt

Data de aceitação do artigo: 26-07-2009

Resumen

A análise de afirmações teóricas existentes em prólogos e semeadas ao longo de diversos textos historiográficos medievais ibéricos dos sécs. XIII-XIV (*Estoria de Espanna* de Afonso X de Castela e Leão e outras crónicas, até à segunda redacção da portuguesa *Crónica de 1344*), permite identificar as ideias que estes textos veiculam sobre “memória” e “esquecimento”, no contexto geral do entendimento e do uso da memória no período medieval.

Subsequentemente, as reflexões teóricas são confrontadas com a prática discursiva levada a cabo na historiografia em questão uma vez que, nestas crónicas, é possível detectar o uso de diversas estratégias retóricas destinadas a promover a memória ou o esquecimento de personagens e/ou de episódios.

Palabras clave: Memória, esquecimento, historiografia, Idade Média.

Abstract

The analysis of some theoretical statements in Prologues and scattered along several medieval Iberian historiography texts of the 13th and 14th Centuries (*Estoria de Espanna* of Alfonso X of Castile and Leon and other chronicles, up to the second redaction of the Portuguese *Crónica de 1344*) allows the identification of the ideas that these works convey on “memory” and “forgetfulness”, within the general context of the use and understanding of memory in the medieval period.

Subsequently, the theoretical judgments are confronted with the existing historiography textual practice since it is possible to identify in these chronicles the use of several rhetorical strategies aiming to promote the memory or the disregard of characters and / or episodes.

Keywords: Memory, Forgetfulness, Historiography, Middle Ages.

I

Os muy nobres barões e de grande entendimento, que screveron as storias antigas das cavalarias e dos outros nobres feitos e acharon os saberes e as outras cousas de façanhas per que os homens podem aprender os boos costumes e saber os famosos feitos que fezerom os antigos, tenerom que minguarã muyto en seus boos feitos e ã sua bondade e lealdade se o assi nõ quisessen fazer pera os que avyam de v̄ir despois como pera sy meemos e pera os outros que eram em seus tempos. E, entendendo per os feitos de Deus, que son spirituaaes, que os saberes se perderiam morrendo aqueles que os sabiam e non leixando delles renembrança, por que nõ caessẽ en olvidamento, mostraron maneira per que o soubessem os que avyam de v̄ir depes eles. [...]

[...] E, en buscando aquesto, acharom as feçuras das letras; e, ajuntandoas, fezeron delas silabas; e, ajuntãdo estas sillabas, fezeron dellas partes; e, ajuntando outrossi as partes, fezerõ razon. E per a razon veheron en conhecimento de entender os saberes e de se saberem ajudar deles e saberem tam bem departir das cousas que foron nos tempos antigos como se fossen en sua sazõ; e que per esta maneyra podessem outrossi saber os que depes eles vehessem os boos feitos que eles fezeron assi como se a eles fossen presentes; e por que as artes e as sciencias e os outros saberes que foron achados por prol dos homẽes fossen conservados en scripto e non caessẽ en olvydo e o soubessen os que depes eles vehessem; (1344b, II: 3-4)

[...]

Ca de todas estas cousas e doutras muytas nõ souberamos nada se aquellos que erã aaquella sazõ nos nõ leixarã en escripto todos estes feitos per que o nos ouvessemos de saber. E por esto somos nos devedores de amar aquellos que estas obras fezerõ, por que sabemos pellas suas scripturas o que en outra maneira nõ poderamos saber. (1344b, II: 6)

Quem escreve estas palavras é o anónimo “autor” da segunda redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. O texto português traduz, com alguma fidelidade, o prólogo com que Afonso X de Castela e Leão, pouco mais de uma centena de anos antes, iniciava a sua *Estoria de Espanna*.¹ Este, por seu turno, foi beber ao prólogo da

¹ Este prólogo integra a edição de Menéndez Pidal (PCG: 1977). As questões teóricas aqui acentuadas são retomadas em outras obras, como no prólogo da *General Estoria* afonsina, na sequência de uma alusão aos três tempos (passado, presente e futuro): «Onde porque el saber del tiempo que fue es cierto e non delos otros dos tiempos, assí

Historia de Rebus Hispanie, que Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo, redigiu por volta dos anos 40 do séc. XIII. Neste último, já encontramos todos os elementos presentes nos prólogos subsequentes, entre os quais são de destacar, pela sua relação com o tema da Memória e do Esquecimento:

A **valorização da escrita e dos sábios que escreveram**, sendo a escrita equacionada com a **preservação da memória do passado**. O esquecimento é associado à incúria, contra os quais foram inventadas as letras e a escrita. Esta última vai permitir a preservação do conhecimento das Artes Liberais e das invenções práticas. Sendo impossível tudo memorizar ou redescobrir, a escrita, enquanto veículo de transmissão dos saberes, é que vai possibilitar o respectivo avanço.

O **topos da *historia magistra vitae*** que assenta na noção de que os bons e maus exemplos devem ser preservados pela memória e transmitidos por motivos didácticos.

Este último *topos*, que acentua a vertente didáctica da memória dos exemplos do passado, bem como o argumento de que os acontecimentos idos se perderiam se a história não os preservasse do esquecimento são lugares comuns dos prólogos dos textos historiográficos medievais e, antes destes, dos da Antiguidade. Podemos pois falar de uma linha de pensamento que associa a historiografia e a escrita à manutenção da memória dos acontecimentos e dos saberes, contrariando assim o perigo do seu esquecimento. A historiografia ibérica dos sécs. XIII e XIV, ao referir estes *topoi*, não está a dizer nada de novo uma vez que estamos perante conceitos que podemos entender como gerais. Por conseguinte, o que se pretende sublinhar é o facto destas obras assumirem, explicitamente, a sua filiação nesta linha de ideias.²

como dixiemos, trabajáronse los sabios omnes de meter en escrito los fechos que son passados pora aver remembrança d'ellos como si estonces fuessen e que lo sopiessen los que avién de venir assi como ellos.» (GE I, vol I: 5 - Introd.).

² Linha esta que nem é exclusiva da historiografia. Para aduzir um exemplo ibérico, podemos salientar o surgimento das mesmas temáticas, no séc. XV, no quadro da teoria retórica, nomeadamente com Juan Alfonso de Baena que retoma toda a argumentação existente nos prólogos das crónicas aqui referidas, mas que agora vai preceder um Cancioneiro, o denominado *Prologus Baenensis*. Aqui reencontramos, no que ao tema da Memória e do Esquecimento se refere, os mesmos argumentos aduzidos na historiografia: o *topos* didáctico (centrado no veicular de exemplos positivos e negativos) e o louvor da escrita e dos sábios que escreveram e que assim preservaram do esquecimento o tesouro que é o saber.

Acresce o facto dos vários textos historiográficos, produzidos em vários pontos da Península Ibérica, mas reportáveis a esta mesma família textual, dialogarem entre si, também em termos das estratégias que põem em prática, no que se refere à questão da preservação da memória do que é valorizado o suficiente para ser considerado como “historiável”.

A defesa que aqui encontramos da escrita como repositório do que de outro modo se esqueceria faz sentido, aos nossos ouvidos, na medida em que, actualmente, este é o lugar do que evitamos memorizar. Porém, no período medieval, há que salvaguardar que a escrita é entendida de modo um pouco distinto: mais como um auxiliar da memória, do que como o seu substituto.

O lugar e a função da Memória na cultura medieval foram estudados em profundidade por Mary Carruthers, no seu *The Book of Memory*, onde a autora defende a consideração da memória como uma “modalidade” da cultura medieval.³ No quadro deste estudo, cujas linhas gerais aqui reproduzimos, enquanto contextualização, sublinha-se que a relação da memória com o texto escrito não é de exclusão pois os livros constituem uma dimensão, entre outras, de uma sociedade da memória, servindo como um de entre os vários modos possíveis usados para lembrar algo. A própria representação física do texto nos manuscritos tem em conta as técnicas e os hábitos mnemónicos praticados, uma vez que estes não só afectaram a composição literária, como a leitura era ela própria entendida como uma actividade da memória. A escrita é vista como a criada da memória e o livro é meramente a sua extensão. A boa leitura, por seu

³ «*memoria* can be considered as one of the modalities of medieval culture (chivalry might be another). It has identifiable and verifiable practices and procedures that affect a variety of cultural phenomena (the making of books, the compositional structures of sermons, the layout of the Bible, citational habits, classroom diagrams, the prevalence of certain tropes in poetry), and it also is a value in itself, identified with the virtue of prudence. As modalities, values enable certain behavior, and also give greater privilege to some behaviors over others (this could be construed as an anthropological way of stating the scholastic idea that all virtues are *habitus*). They thus become conditioners of a culture, which is a very different thing from reading them as cultural “mentalités”, in the same way that an identifiable and describable practice differs from a definitional “idea”. It is in this way that I think that we can meaningfully speak of the Middle Ages as a memorial culture, recognizing that, as a set of institutionalized practices, *memoria* was adapted, at least to a point, as these institutions changed, and yet that as a modality of culture it had a very long life as a continuing source and reference for human values and behavior.» (Carruthers 1990: 260).

turno, é a apropriação, a interiorização do texto lido, sendo a memória percebida como o “coro das vozes interiorizadas”.

Carruthers distingue ainda os dois vectores de base que norteiam o entendimento e a prática da memória, no período medieval: uma dimensão teórica (filosófica) e outra mais pragmática (associada a preocupações retóricas).

1. No que se refere às discussões médicas e filosóficas⁴ sobre a memória, a principal referência é habitualmente Aristóteles, filtrado pelos comentários de Avicena e de Averróis. Porém, outros autores também concorreram para a discussão medieval de temas como:

- a percepção sensorial e a maior ou menor capacidade de cada um dos sentidos para captar impressões memorizáveis (sendo a visão e a audição valorizadas sobre as restantes);
- a separação entre a memória animal e a humana – Cf. Tomás de Aquino que distingue a memória “material” ou “sensória” (percebida pelos sentidos) da “intelectual” (capaz de lembrar a produção do pensamento, como conceitos e generalizações);
- a relação entre a maior ou menor capacidade de memória e os humores (por exemplo, o melancólico, ou seja, o iracundo dificilmente retém as memórias correctamente);
- a associação da memória à Prudência (cf. Alberto Magno), a virtude cardeal ligada aos julgamentos morais, o que faz com que a memória possa ser entendida como marca de um carácter moral superior (o carácter é construído a partir do que se memoriza, logo, a maior ou menor qualidade das percepções dá origem à maior ou menor excelência do julgamento de cada indivíduo).

2. No que se refere à memória como *praxis* e ao seu treino, os textos de referência que veiculam as principais técnicas de memorização são de Cícero (*De Oratore*, lv. II); a *Rhetorica ad Herennium* (lv. III) e o lv. XI das *Institutionis Oratoriae* de Quintiliano. Estas obras constituíram o ponto de partida para as reflexões sobre as técnicas e práticas mnemónicas que, durante o período medieval,

⁴ Carruthers (1990), sobretudo cap. 2.

foram primeiro integradas em tratados mais amplos e, a partir do séc. XIII, reunidas nas *artes memorativae*.⁵

Os sistemas de treino assentam, sobretudo, na divisão da matéria em pequenas tranches, mais facilmente memorizáveis, sendo várias as estratégias de facilitação que, muitas vezes, eram combinadas com vista à obtenção de um melhor resultado. Entre estas práticas, sobressaem algumas ilustrações mais impressionantes,⁶ os *loci*,⁷ os diagramas,⁸ as *notae*⁹ ou a solmização.¹⁰ Estas estratégias têm uma função de “chave” ou de “dica”, que estimula a *catena* das informações armazenadas na memória.

Nos sécs. XIII e XIV os livros são uma realidade bastante mais comum e disponível do que em séculos anteriores. Porém, é ainda neste quadro de uma cultura da memória que a sua composição e primeira recepção decorrem. Neste período, compor um texto é fazer um arranjo com pedaços lembrados; tomar posse de uma matéria é interiorizá-la pela memória, para depois a poder citar de cor (o que não é sinónimo de citar de modo exactamente idêntico); finalmente, a memória pública é o inventário ou o tesouro dos pedaços dignos de serem recordados...

II

Fruto da sua época, os textos da historiografia ibérica dos sécs. XIII e XIV serviram a e serviram-se da cultura da memória em

⁵ Carruthers (1990), no Ponto 4, apresenta múltiplos autores que escreveram sobre o assunto, sendo dada particular atenção a João de Garlandia (*Parisiana poetria* - sec. XIII); Alberto Magno (*De Bono*, escrito cerca de 1245) e Thomas Bradwardine (*Ars memorativa* - sec. XIII-XIV). Nos apêndices são fornecidos excertos de Hugo de São Victor (*De Tribus Maximis Circumstantiis Gestorum*), de Alberto Magno (*De bono*, Tractatus IV, Quaestio II - *De Partibus Prudentia*) e de Thomas Bradwardine (*De Memoria Artificiali*).

⁶ As imagens visuais mais impressionantes, colocadas em determinados pontos de um texto, podem ser associadas à memorização dessa página (Carruthers 1990: 105, 131 e sgts.).

⁷ Cf. as noções de *topos*, *sedes* ou *locus* (Carruthers 1990: 105, 129, 131), bem como a questão da mnemónica arquitectónica que evolui para um pano de fundo (Carruthers 1990: 143-44).

⁸ Caso das grelhas numéricas onde cada célula tem uma citação (Carruthers 1990: 105).

⁹ As *notae* servem para marcar mentalmente uma passagem que se deseja decorar e que podem ser uma palavra-chave, um sinal aleatório como uma letra do alfabeto ou um sinal de carácter pessoal - um animal, um número, um signo do Zodíaco, uma mão que aponta... (Carruthers 1990: 107 e sgts.).

¹⁰ Forma de memorização que tem uma base musical (Carruthers 1990: 106).

que estão imersos. A escrita funciona aqui não só como reduto da memória, ou seja, como um garante contra o esquecimento; mas também como “lembrete”, ou seja, despoletador de memórias, a “catena” acima referida. Assim sendo, torna-se interessante ver como estas duas faces de uma mesma moeda coexistiram e que indícios deixaram nas práticas textuais que as suportaram.

Neste quadro, retomando os *topoi* sublinhados nos Prólogos já apontados, há que salientar dois grandes eixos onde a memória desempenha um papel significativo e que são preponderantes nesta historiografia, podendo aqui ser considerados como traves-mestras desta questão:

a) Memória colectiva e oficial

Assumindo-se como receptáculo da memória do passado com vista à sua preservação para o futuro, estes textos visam cimentar, pela escrita, uma memória concordante com a manutenção dos interesses oficiais preponderantes. A historiografia afonsina está associada a uma ideologia centralizadora e imperial. As crónicas posteriores distinguem-se pela inserção de interesses descentralizadores e pró-nobiliárquicos.¹¹ Por conseguinte, nas crónicas pós-afonsinas, independentemente da sua estrutura seguir uma organização “por soberanos”, é particularmente curioso ver, por exemplo, como irrompem e ganham espaço textual personagens que não são reis, esforçando-se para ganhar um lugar perene nas memórias dos vindouros. Esta linha assume a sua maior expressão nos *Livros de Linhagens*, que se caracterizam por recolher memórias familiares das grandes linhagens nobres.

b) Fixação de modelos de actuação

Apesar desta historiografia ancorar os seus relatos (maioritariamente) em personagens históricas, fixando por escrito o arquivo do que considera serem os assuntos mais importantes e as vidas mais notáveis, extrapola o individual para, à semelhança de muitas outras formas textuais medievais, procurar cimentar nas memórias determinados modelos de conduta, no quadro da preservação de valores sociais e culturais bem definidos.

¹¹ Sobre estes textos ver Dias (2003).

Estes dois eixos desdobram-se em múltiplas particularidades, na sua maior parte, orientadas para a preservação de uma memória positiva de alguém, cujo retrato vai concordar com o paradigma do modelo positivo proposto para a sua condição. Este procedimento é mais nítido quando os acontecimentos ou as façanhas se reportam a nobres. Os reis, em princípio, têm o seu lugar assegurado na memória dos respectivos reinos, salvo em casos muitos excepcionais, quando algum grande antagonismo posterior vai macular ou mesmo contrariar a fixação da lembrança futura daquela figura. Com os nobres tal não é um dado adquirido. Por isso, além da realização de grandes feitos, estes têm de assegurar a respectiva fixação como facto historiável “digno de memória”, o que se verifica, sobretudo, nos *Livros de Linhagens* e, no que à cronística se refere, nos textos pós-afonsinos, quando o ambiente social e político começou a favorecer esta presença.

Dado este contexto geral e as linhas de força apontadas, na dialéctica entre o individual e o paradigma, sobressaem, nos textos historiográficos aqui estudados, várias estratégias com vista ao fomentar ou ao escamotear da memória, entre as quais se destacam as que a seguir se indicam e exemplificam.

1. A narrativa de façanhas individuais e respectiva inserção no modelo heróico.

Como exemplo desta estratégia, é possível aduzir, do *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*,¹² o seguinte trecho que pertence ao título sobre a linhagem dos Lara:

Este dom Joham Nuniz, em sendo mancebo, aconteeo-lhe ùa maneira que nom deve seer esquecida. (LLCDP, vol. I: 157 – 10E12) [segue-se uma narrativa sobre como enfrentou corajosamente os seus inimigos quando guardava Najera]

Em particular no caso destes relatos de façanhas existentes nos *Livros de Linhagens*, e que reportam memórias sobreviventes no seio das respectivas famílias, a sua colocação por escrito será um garante acrescido da respectiva eternização. Concomitantemente,

¹² O Prólogo deste livro de linhagens (como os dos restante dois livros de linhagens portugueses) não se refere directamente à questão da memória, porém, esta dimensão está implícita dada a insistência que é feita na necessidade de conhecer as ascendências e as implicações práticas deste conhecimento.

encontramos traços que remetem para a função da escrita como estímulo da memória. O modo elisivo como alguns episódios são apresentados, bem como as alusões que carregam indiciam a sua função também de remissão para o que então seria do conhecimento geral. Neste sentido, estes livros estão a estimular a lembrança do que consideram que não pode deixar de ser recordado, o que revela uma vertente funcional marcada mas cujos objectivos, hoje, infelizmente, nos escapam.

2. Integração numa listagem digna de memória

Outra estratégia consiste na enumeração dos heróis que participaram numa batalha importante. Como exemplo, e ainda do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no título sobre os Maia, depois da indicação das batalhas em que o Lidador entrou, diz-se:

Dos que foram com dom Gonçalo Meendez da Maia, o Lidador, nas batalhas que houve, em que morreo, e como todos los fidalgos de Portugal e a maior parte dos de Castela e de Galiza descenderam deles, [...]. Os que foram em estas lides som estes, [segue-se uma extensa lista de participantes com remissão para o título onde a respectiva linhagem é apresentada] (LLCDP, vol. I: 222-223 – 21G6)

Esta estratégia de glorificação da acção de grandes senhores não é exclusiva dos *Livros de Linhagens*. Na continuação dos textos afonsinos, realizada já sob Sancho IV, encontramos o seguinte título de capítulo:

cap. 1012 – Cuenta ell arçobispo don Rodrigo de como uinieron a esta batalla de Hubeda yentes de muchos regnos, [e o capítulo desenvolve-se com a indicação de quem veio, como chegaram, a impressão que davam, sendo ainda nomeadas diversas personalidades que estiveram presentes] (PCG, II: 690b)

Estas enumerações não podem deixar de nos trazer à memória os *Libri memoriales* que, nos conventos, listavam os nomes dos fundadores e dos benfeitores que eram recordados e por quem se orava. A evocação de cada um destes nomes poderia estimular a rememoração dos benefícios feitos ao mosteiro. Do mesmo modo, a lembrança do nome de cada herói poderia trazer à memória a recordação dos seus feitos.

3. Associação a uma narrativa fundacional ou a algo perene

Uma terceira estratégia consiste na associação de uma personagem a algo de perene. Na II Parte da *General Estoria*, de Afonso X, a questão é colocada de modo bastante eloquente no que se refere ao seu valor como forma de preservar a memória de alguém:

Et sepas que todos los linages destos siete gigantes ouo y que fueron mas apoderados en el mundo que todos los otros e estos uuscaron siete montes, los mayores del mundo e mas altos, e fue cada uno dellos al suyo, e apoderaron se dellos e de grandes tierras a derredor, e alli moraron, et pusieron les sus nombres a aquellos siete montes, por que durasse la su nombradia por siempre en las yentes. (GE II, vol. II: 38 - cap. XXI)

O mesmo se verifica no trecho da história que se refere aos feitos de Júlio César, mais concretamente na passagem sobre a nomeação do mês de Julho:

Pues que Julio Cesar fue emperador et sennor de toda la tierra, veyendo como auie ya ganado grand prez et grand nombradia por tod el mundo por tantas batallas et tan grandes como auie fechas et uençudas por muchas tierras, quiso que fincasse el su nombre en remembrança por siempre, et fuesse puesto en escripto, et lo leyessen por los templos; por ende, por que nasciera ell en el mes que auie nombre «quintil», e uenciera en ell a Ponpeyo en los campos de Thessalia, e a Gneyo Ponpeyo et a Sexto Ponpeyo, fijos de Ponpeyo el grand, en Espanna en aquel mismo mes otrossi, llamolo «julio» del su nombre. (PCG, I: 94b-95a – cap. 118)

Este mecanismo também pode funcionar pela associação ao mito fundacional de uma cidade, como sucede, entre outros, igualmente com Júlio César, responsável pela re-fundação de Sevilha,¹³ ou, para tempos menos longínquos, com o rei Sancho de Navarra, responsável pelo re-povoamento de Palência.¹⁴

¹³ Cf. *Estoria de Espanna* afonsina - «Pues que Julio Cesar ouo tornadas todas las Espannas so el sennorio de Roma et so el suyo, uino a la prouincia de Guadalquivir, et mudo a Seuilla el nombre, et mando la llamar Julea Romulea.» (PCG I: 92a – cap. 6) – também em 1344b (II: 21).

¹⁴ Numa caçada, ao perseguir um porco, o rei Sancho de Navarra entra numa cova onde havia um altar em honra de santo Antolin Mártir. Ao tentar atingir o animal no lugar sagrado fica paralisado, curando-se só mediante uma oração ao santo local.

A fundação pode ser de maior ou menor dimensão e nomeada. Pode não se tratar de uma cidade mas simplesmente de edifícios, ou seja, de uma obra que se possa ver e admirar, como é salientado no seguinte título de um capítulo do texto da “Versão Amplificada de 1289”¹⁵ sobre Afonso VIII de Castela:

Cap. 1007 – El capítulo de como este rey don Alfónsso fizo ell ospital que dizen del rey en Burgos et las escuelas de los saberes en Palençia, et gano Gasconna (PCG, II: 686a)

O importante é que, enquanto o edifício se mantiver (ou a cidade, ou o povoado), perdure a memória de quem o mandou erigir.¹⁶ Deste modo, tanto o edifício se valoriza pela nobreza do seu fundador, como o fundador aumenta o seu valor, graças à dimensão da obra realizada.¹⁷

4. A nomeada de boa ou de má fama

A procura de nomeada como modo de preservação na memória encontra o seu melhor exemplo no hábito, tantas vezes repetido nos romances de cavalaria, do herói mandar à corte o cavaleiro que derrota com a obrigação de aí contar o sucedido de modo a promover e cimentar a boa fama de um determinado herói ou, pelo contrário, a acentuar a má nomeada de quem se afasta do paradigma positivo. Podemos encontrar um procedimento equivalente na narrativa sobre os feitos do Cid recolhida na historiografia pois, aquando da segunda oferta ao rei Afonso VI, vemos os enviados do Cid trazerem ao soberano, juntamente com as oferendas, notícias dos feitos e das conquistas efectuadas pelo herói castelhano.¹⁸ Um pouco adiante, mas ainda na mesma linha, encontramos um exemplo de como a boa fama do Cid passa fronteiras. Trata-se do episódio onde o Sultão da

Depois do milagre povoa a cidade e erige uma igreja sobre a gruta. A história encontra-se na PCG (II: 480b – cap. 799), estando a passagem incluída num trecho que corresponde ao ms. do séc. XIII que transcreve o texto original da “versão amplificada de cerca de 1289” (Fernández-Ordóñez 2000: 243). Na 1344b, o texto surge no vol. III: 249-50 (cap. CDXXVII).

¹⁵ O texto em questão integra a edição da PCG por Menéndez Pidal. Cf. ainda Fernández-Ordóñez (2000: 243).

¹⁶ Note-se que esta estratégia ainda hoje perdura, nomeadamente graças à colocação de placas comemorativas em edifícios.

¹⁷ Para mais informações *sobre* alguns relatos fundacionais existentes nestas crónicas, ver Dias (no prelo).

¹⁸ Ver PCG (II: 593b – cap. 923), bem como 1344b (cap. DCXXV).

Pérsia, tendo tido conhecimento do valor do Cid, lhe envia presentes a fim de conquistar a sua amizade.¹⁹

A mesma preocupação com a boa ou má fama, no quadro de uma sociedade baseada na memória, só que agora no sentido inverso, também transparece na seguinte passagem da I Parte da *General Estoria*, quando as mulheres do Egito, perante a falta de homens, consideram a possibilidade de aceitarem homens de baixa condição e perguntam a opinião à rainha Doluca que lhes diz:

Mas però si nós esta soltura e este fecho fiziésemos seriemos exiempladas por tod el mundo, ca esto escrito será, e omnes buenos e sabios lo pomán en estorias que farán ende, e vivriemos en vergüença durable (GE I, vol. II: 262 - Exodo, lv. XIV, cap. XXXVII)

Porém, independentemente das preocupações evidenciadas, há sempre uma ou outra figura que, seja por razões objectivas do seu comportamento, seja por interesses posteriores, seja por ambos, são apresentadas como exemplos de comportamento criticável, como é o caso de Sancho II de Portugal, que foi afastado do governo:

Despois da morte del rey dom Affonso, regnou seu filho dom Sancho, o que chamarõ Capello. E este en começo de seu regnado, começou de seer muy boo rey. Mas ouve maaos conselheiros e leyxou de fazer justiça, en tal guisa que desprecia a terra e hia todo e perdiçom, ca roubavã os caminhos e faziã todo dâpno na terra e elle nõ tornava a ello nẽ hũa cousa. (1344b, IV: 238 – cap. DCCXVII)

5. A manipulação da memória e o esquecimento

A questão do interesse posterior que pode levar a manipular a memória do passado conduz-nos ao último ponto desta pequena tipologia: os casos mais evidentes de manipulação ou de distorção que, na historiografia, podem funcionar com finalidades opostas.

¹⁹ Ver PCG (II: 627b – cap. 947). De acordo com Fernández-Ordóñez (2000: 243), a passagem que vai da p. 565 à 643 da ed. da PCG corresponde a uma mão de meados do séc. XIV que transcreve a história valenciana do Cid (composta em data anterior) e que se baseia, primeiro na tradução afonsina de Ibn Alqama, depois numa refundição do *Poema de Mio Cid* realizada em Cardeña, a **Estoria Caradignense del Cid*. Ver também 1344b (cap. DCLXVII).

Tendo sempre como paradigma a adequação a Modelos, há situações em que a manipulação historiográfica irrompe de modo particularmente notório, como é o caso dos exemplos que se seguem.

Por um lado podemos encontrar o **branqueamento** de atitudes em prol da boa imagem de uma figura que se pretende adequar a uma imagem positiva. Sintomático desta atitude é a passagem que reporta as lutas fratricidas entre os filhos de Fernando I e onde se procura salvaguardar a imagem do futuro Afonso VI como filho abençoado, porque não rompeu a promessa de não agressão feita ao pai.²⁰

Por outro lado, há casos de **escamoteamento**, nomeadamente em situações onde se procura a adequação a um modelo negativo. Como exemplo, refira-se D. Urraca, a meia-irmã de D. Teresa de Portugal, que foi a primeira mulher que, por direito próprio, reinou em Castela. Porém, as crónicas aqui em análise reduzem o seu reinado de 27 para uns meros quatro anos e, mesmo esses, plenos de perturbações da ordem que, desejavelmente, deveria imperar...²¹

Sendo a Idade Média uma época que assenta de modo tão nítido numa cultura da memória, a maior ameaça, talvez até pior do que a má fama, só poderá ser a rasura da lembrança, ou o esquecimento. Assim, não estranhamos a obsessão que neste período se verificou com o que poderíamos qualificar como “o pior castigo de Deus”, o castigo dos gigantes que edificavam a Torre de Babel, e que implica, não só o esquecimento, como ainda a sua articulação com a desordem:

Ca todas las compañías de Noé así como se esparzieron del campo de sennaar, e con nuevos lenguages assí tomaron nuevas costumbres, e fueron de luego muy necios todos los más d’ellos, ca assí como olvidaron el language que avién antes uno assí olvidaron grand parte de las buenas memorias e de las buenas costumbres, si algunas avién buenas, e esparziéndose pora buscar logares de pueblas perdiérense unos d’otros, e andando errados por los montes trasfirién de tierra en tierra, e fincavan esparzidos e fascas solos, e muchos d’ellos, tan bien de las mugeres como de los varones, se fincaron a andarse allá por los montes errados e fechos selvages, como las animalias bravas e

²⁰ Cf. PCG (cap. 813 e sgts.). Sobre este assunto ver Dias (2003) e idem, (2001).

²¹ Sobre este assunto ver: Branco e Dias (2007).

mudas que andavan allí (GE I, vol. I: 129-130 - Génesis, Lv. III, cap. XXI)

Ao promoverem a redacção das grandes obras historiográficas, o(s) poder(es) instituído(s) reforçaram as memórias correntes e garantiram o perdurar das versões do passado que melhor servissem os seus interesses. Estas lembranças eram rememoradas e articulavam-se estreitamente com modelos de comportamento reconhecidos, com os quais os vivos se tentariam assemelhar para depois lhes serem associados de modo a poderem, também eles, ter o seu lugar na linha das memórias perenes. Em alternativa, restava o esquecimento, equiparável à maior derrota... Neste contexto, é de extrema eloquência a passagem onde Rodrigo de Toledo, no Prólogo do *De Rebus Hispanie*, refere que, aquando da invasão muçulmana, a destruição pelos mouros dos escritos e códices acompanhou a morte da pátria.²²

Numa sociedade obcecada pela ordem, a desordem e o caos são os piores flagelos. O esquecimento parece ser o seu equivalente, a outro nível. No seu *De Tribus Maximis Circumstantiis Gestorum*, Hugo de S. Victor, ao falar do processo de memorização e na aprendizagem, sugere a separação de cada coisa e a sua arrumação no lugar próprio, declarando ainda que «a confusão é a mãe da ignorância e do esquecimento, mas a arrumação ordenada ilumina a inteligência e fortalece a memória».²³

Assim, seja no espaço íntimo da memória individual, seja no espaço global da catástrofe de Babel e respectivas consequências mundiais, permanecem como constantes os temas do esquecimento e do caos ou da confusão, que se opõem às tão valorizadas e desejadas ordem e memória. Esta é uma dicotomia de base, no mundo medieval, daí a sua evidência estar tão bem marcada, tanto nos textos agora analisados, como no contexto cultural em que surgiram e, certamente, também em épocas posteriores.

²² «Tempore enim uastationis Arabum scripta et libri cum pereunte patria perierunt, nisi quod pauca diligencium custodia euaserunt» (DeRH Prologus: 6)

²³ O texto está disponível (em tradução inglesa) em Carruthers (1990: 261).

Bibliografia

- 1344b (1954-1990): *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), Lisboa, IN-COMUNICAÇÃO.
- Baena (1851): Alfonso de Baena, “Prologus Baenensis”, em Eugenio de Ochoa (ed. e prol.), *El cancionero de Juan Alfonso de Baena Ahora por primera vez dado a la luz con notas y comentarios*, Madrid, Imprenta de La Publicidad, a cargo de M. Rivadeneyra.
- Branco e Dias (2007): Maria João Branco e Isabel de Barros Dias, “Metamorfoses de Urraca de Castela-Leão e de Teresa de Portugal: construções e desconstruções das imagens de duas rainhas”, em Armando López Castro e Luzdivina Cuesta Torre (eds.), *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005)*, León, Universidad de León, pp. 335-347.
- Carruthers (1990): Mary Carruthers, *The Book of Memory. A Study of Memory in Medieval Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DeRH (1987): Rodrigo Jiménez de Rada, *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*, Juan Fernández Valverde (ed.), Turnhout, Brepols.
- Dias (2001): Isabel de Barros Dias, “Os impossíveis grilhões do futuro” em *6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, http://www.geocities.com/ail_br/osimpossiveisgrilhoesdofuturo.htm [acedido em 15 de Julho de 2009].
- Dias (2003): Isabel de Barros Dias, *Metamorfoses de Babel. A Historiografia Ibérica (sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*, Lisboa, FCG / FCT – MCES.
- Dias (no prelo): Isabel de Barros Dias, “Geografia mítica da Península Ibérica (de acordo com a segunda redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*)”, em *Actas do VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval – “Lugar”*, AHLM-SP / Universidade de Coimbra.
- Fernández-Ordóñez (2000): Inés Fernández-Ordóñez, “La transmisión textual de la «Estoria de España» y de las principales «Crónicas» de ellas derivadas” em *idem, Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid, Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 219-260.

- GE I (2001): Alfonso X el Sabio, *General Estoria. Primera Parte (Génesis, Éxodo, Levítico, Números, Deuteronomio)*, Pedro Sánchez-Prieto Borja (ed.), Madrid, Fundación José António de Castro.
- GE II, (1956 e 1961): Alfonso X, *General Estoria, Segunda Parte*, António G. Solalinde, Lloyd A. Kasten e Víctor R. B. Oelschläger (eds.), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Miguel de Cervantes".
- LLCDP (1980): Pedro Afonso, conde de Barcelos, "Livro de Linhagens do Conde D. Pedro", em José Mattoso (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências.
- PCG (1977): *Primera Crónica General de España*, Ramón Menéndez Pidal (ed.) e Diego Catalán (reed.), Madrid, Gredos.